

Freud e o problema da subjetividade: do cogito cartesiano ao sujeito dividido

Freud and the problem of subjectivity: from the Cartesian cogito to the divided subject

Francisco Morais dos Santos

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2023

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina o lugar da psicanálise freudiana na história filosófica do conceito de subjetividade. A hipótese sustentada é que Freud não se limitou a acrescentar um novo objeto — o inconsciente — a um sujeito previamente definido pela filosofia moderna, mas deslocou o próprio eixo em torno do qual esse sujeito havia sido pensado desde Descartes. O percurso reconstitui a linhagem que vai do *cogito* cartesiano ao sujeito transcendental kantiano e, dali, às críticas de Schopenhauer e Nietzsche à primazia da razão; analisa em seguida a formulação freudiana do inconsciente e a segunda tópica, mostrando em que medida radicalizam aquelas críticas em vez de herdá-las; e confronta, por fim, o descentramento freudiano com as objeções de Foucault e Derrida e com as leituras afirmativas de Marcuse e Ricoeur. Argumenta-se que a contribuição decisiva de Freud não reside na afirmação da existência de processos psíquicos não conscientes, já disponível antes dele, mas na demonstração de que esses processos obedecem a uma lógica própria, conflitiva e interpretável — o que converte a opacidade do sujeito a si mesmo em objeto de método, e não em limite do conhecimento.

Palavras-chave: subjetividade; psicanálise; Freud; inconsciente; filosofia.

ABSTRACT

This article examines the place of Freudian psychoanalysis within the philosophical history of the concept of subjectivity. It argues that Freud did not merely add a new object — the unconscious — to a subject already defined by modern philosophy, but displaced the very axis around which that subject had been conceived since Descartes. The argument reconstitutes the lineage running from the Cartesian *cogito* to the Kantian transcendental subject and thence to Schopenhauer's and Nietzsche's critiques of the primacy of reason; it then analyses the Freudian formulation of the unconscious and the second topography, showing how far these radicalise rather than inherit those critiques; and it confronts the Freudian decentering with the objections of Foucault and Derrida and the affirmative readings of Marcuse and Ricoeur. It is argued that Freud's decisive contribution lies not in asserting the existence of non-conscious psychical processes, available before him, but in demonstrating that such processes obey a logic of their own — conflictual and interpretable — thereby turning the subject's opacity to itself into an object of method rather than a limit of knowledge.

Keywords: subjectivity; psychoanalysis; Freud; unconscious; philosophy.

1 Introdução

A subjetividade é um conceito de fronteira: pertence à filosofia, que o formulou, e à psicanálise, que o reformulou ao ponto de torná-lo irreconhecível para a tradição que o legou. Entre uma e outra há uma operação de deslocamento cujo alcance ainda se discute. Este artigo propõe-se a descrevê-la evitando dois erros simétricos — ler Freud como mero continuador das críticas filosóficas à razão, ou tratá-lo como ruptura absoluta, sem genealogia.

O problema pode ser enunciado nos seguintes termos. A filosofia moderna constituiu o sujeito como instância de certeza: é na transparência do pensamento a si mesmo que se funda o conhecimento possível. Essa arquitetura, inaugurada por Descartes e reelaborada por Kant, sofreu ao longo do século XIX objeções sucessivas, que apontavam para forças irracionais operando sob a aparência de deliberação. Schopenhauer nomeou-as vontade; Nietzsche, instinto e vontade de potência. Em ambos, porém, a crítica permanecia filosófica: denunciava a ilusão da razão sem oferecer procedimento para investigar o que a ilusão encobria. É nesse ponto que a intervenção freudiana se distingue. Freud não acrescenta uma tese sobre a fragilidade da consciência; constrói um dispositivo — clínico e interpretativo — que toma os produtos da opacidade do sujeito como material legível. Uma coisa é afirmar que o eu não é senhor em sua própria casa; outra é dispor de um método para dizer *quem* ali comanda, e segundo que gramática.

A tese sustentada é dupla. Primeira: o inconsciente freudiano não é a soma do que escapa à atenção, mas um sistema regido por leis próprias — ausência de contradição, atemporalidade, mobilidade dos investimentos — cuja descrição exige uma teoria, não um inventário. Segunda: é essa qualificação lógica, e não a mera afirmação de existência, que produz o descentramento do sujeito e abre o espaço onde se moverão tanto as críticas de Foucault e Derrida quanto as apropriações de Marcuse, Ricoeur e Lacan.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários. O corpus primário reúne os textos freudianos em que a concepção de aparelho psíquico recebe formulação sistemática — *A interpretação dos sonhos* (1900), *O inconsciente* (1915), *O eu e o id* (1923), *O mal-estar na civilização* (1930) e o *Esboço de psicanálise* (1940) —, acrescidos de *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* (1917), em que Freud enuncia o argumento do descentramento.

O corpus filosófico foi delimitado por pertinência genealógica: incluíram-se apenas autores cuja formulação do problema do sujeito é condição de inteligibilidade da posição freudiana — Descartes, Kant, Schopenhauer e Nietzsche. O corpus de recepção obedeceu a critério análogo, reunindo intérpretes que tomaram a teoria freudiana da subjetividade como objeto direto de crítica ou de desenvolvimento: Foucault, Derrida, Marcuse, Ricoeur e

Lacan. Excluíram-se comentários de divulgação e textos em que a referência a Freud é ilustrativa.

O procedimento consistiu em três operações: reconstituir cada formulação em seus próprios termos, evitando traduções apressadas entre vocabulários; identificar o ponto de divergência entre cada posição filosófica e a posição freudiana; e examinar o que, na recepção posterior, decorre dessa divergência. As citações freudianas remetem à edição standard brasileira (Imago), salvo indicação contrária.

3 A subjetividade antes de Freud

3.1 O *cogito* e a transparência

Em sua acepção corrente, subjetividade designa a condição de ser sujeito: a qualidade de um indivíduo dotado de consciência, capaz de experiência própria e de reflexão sobre ela. O termo opõe-se à objetividade não como erro se opõe a verdade, mas como mediação interna se opõe a exterioridade dada.

Descartes (2000) estabeleceu o paradigma moderno dessa concepção. Submetendo tudo à dúvida, encontra um resíduo irreduzível: o próprio ato de duvidar supõe alguém que duvida. O *cogito* funda a existência do sujeito na operação do pensamento e, ao fazê-lo, institui a consciência como lugar de certeza. Como registra Warburton (2014), é essa interiorização do critério de verdade que define a inflexão cartesiana e organiza, por mais de dois séculos, o modo de formular o problema do sujeito. O que importa reter não é a tese da existência, mas seu corolário epistemológico — a suposição de que o pensamento é transparente a si mesmo, de que não há, no interior do eu que pensa, região que lhe escape.

3.2 Kant: a subjetividade como estrutura

Kant (2001) desloca o problema sem abandonar seu eixo. A subjetividade deixa de ser apenas autoconsciência e passa a designar as estruturas que tornam a experiência possível: as formas puras da sensibilidade e as categorias do entendimento. O sujeito não recebe passivamente o mundo; organiza-o. A *Crítica da razão pura* descreve a razão que vai ao encontro da natureza "não na qualidade de aluno que aceita tudo o que o mestre afirma, antes na de juiz investido de suas funções" (KANT, 2001, BXIII). O conhecimento é sempre moldado pela estrutura da mente que conhece.

Importa marcar o limite dessa inflexão. Kant introduz no sujeito uma dimensão que não é dada à introspecção, mas essa dimensão é formal, universal e não conflitiva: delimi-

ta o que pode ser conhecido, não perturba quem conhece. O sujeito kantiano permanece instância de autodeterminação. Nada nele deseja contra ele.

3.3 A vontade e o instinto: Schopenhauer e Nietzsche

É essa última suposição que o século XIX ataca. Schopenhauer (2005) inverte a hierarquia entre intelecto e vontade: não é o pensamento que dirige o querer, mas o querer que se serve do pensamento. A vontade é força cega, anterior a toda representação, e o intelecto é seu instrumento — frequentemente seu álibi. A subjetividade deixa de coincidir com a racionalidade e passa a ser atravessada por uma potência que a excede.

Nietzsche (1992) desloca o alvo do ataque. Não se trata mais de identificar uma força única sob a razão, e sim de dissolver a unidade do sujeito. O eu não é substância nem centro: é efeito instável do conflito de impulsos e das pressões da cultura. A crença em um "eu" que age é um artefato gramatical — projetamos um agente atrás da ação porque a língua exige sujeito para o verbo.

Dessas críticas resulta um quadro em que a subjetividade já não é transparente nem unitária. Resta, porém, uma lacuna decisiva: nem Schopenhauer nem Nietzsche oferecem procedimento para investigar o que denunciam. A vontade de Schopenhauer é metafísica e inacessível em si mesma; os impulsos de Nietzsche são postulados genealógica e não clinicamente. A filosofia chegara ao limite de sua competência: sabia que o sujeito não se conhece, mas não dispunha de meio para saber o que ele desconhece.

4 O descentramento freudiano

4.1 O inconsciente como sistema

A contribuição de Freud começa onde essa lacuna se instala. O argumento de *O inconsciente* (1915) é inferencial: os dados da consciência são lacunares, e essas lacunas só se tornam inteligíveis se admitirmos processos psíquicos não conscientes que produzem efeitos observáveis. Sonhos, atos falhos e sintomas neuróticos não são ruído; são formações que, em conjunto, impõem a hipótese de um sistema.

A qualificação é essencial. O inconsciente freudiano não é um depósito de conteúdos ausentes da atenção nem um nome para a obscuridade em geral: é uma instância com legalidade própria, em que não há contradição, negação nem temporalidade, e em que os investimentos se deslocam e se condensam segundo o processo primário. Laplanche e Pontalis (2001) sublinham que o termo designa,

em sentido estrito, um sistema tópico, e não um adjetivo de qualidade — distinção que boa parte da recepção filosófica de Freud negligenciou.

É essa legalidade que separa Freud de seus precursores. Schopenhauer afirmara que algo opaco nos move; Freud afirma que esse algo tem sintaxe reconstruível a partir de seus produtos. O conteúdo manifesto de um sonho resulta de operações determinadas — condensação, deslocamento, figurabilidade, elaboração secundária — que a interpretação percorre em sentido inverso (FREUD, 1900). A opacidade converte-se, de limite do conhecimento, em seu objeto.

4.2 A segunda tópica e a divisão como estrutura

O modelo estrutural de *O eu e o id* (FREUD, 2010) formaliza a divisão. O id é o polo pulsional, inteiramente inconsciente, regido pelo princípio do prazer e indiferente à realidade e à norma. O eu diferencia-se do id por contato com o mundo externo e opera segundo o princípio de realidade: no *Esboço de psicanálise*, Freud (1996, p. 158) descreve-o como instância que tem "sob seu comando o movimento voluntário" e cuja tarefa é a autopreservação, obtida ao armazenar experiências, evitar estímulos excessivos e adiar ou suprimir as exigências pulsionais. O superego, herdeiro das identificações parentais, julga o eu segundo padrões morais internalizados e produz culpa quando o julgamento é desfavorável.

Dois pontos se perdem nas exposições escolares do modelo. O primeiro é que a divisão não opõe uma parte consciente a duas inconscientes: boa parte do funcionamento do eu — notadamente os mecanismos de defesa — é ela própria inconsciente, de modo que a instância encarregada da mediação não vê sua própria operação. O segundo é que o conflito não é acidente a corrigir, mas condição permanente de funcionamento. A subjetividade freudiana não é um estado perturbado por tensões; é a forma que essas tensões assumem.

Daí decorre a tese do descentramento, que Freud enuncia em 1917 pela série das feridas narcísicas. Depois de Copérnico — "a destruição dessa ilusão narcisista associa-se, em nossas mentes, com o nome e a obra de Copérnico" (FREUD, 1996, p. 149) — e de Darwin, caberia à psicanálise mostrar que o eu não é senhor em sua própria casa. A formulação é deliberadamente genealógica: Freud inscreve sua descoberta numa série de descentramentos científicos e reivindica para ela o mesmo estatuto.

4.3 Repressão: o preço da divisão

O operador que sustenta a divisão é a repressão. Conteúdos cuja admissão à consciência seria insuportável são mantidos à distância sem perder eficácia: continuam a pressionar e a retornar sob forma distorcida — e a consequência ultrapassa o indivíduo. Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1996) sustenta que a vida social se edifica sobre a renúncia pulsional e que tal renúncia, necessária, cobra preço em culpa e frustração. A passagem em que descreve o semelhante como alguém que tenta o sujeito "a

satisfazer sobre ele a sua agressividade" e conclui com o *homo homini lupus* (FREUD, 1996, p. 116) não é juízo pessimista sobre a espécie: é o enunciado do custo estrutural da civilização.

Nesse ponto a teoria da subjetividade torna-se teoria da cultura: se o eu se constitui pela interiorização de exigências normativas, a análise do sujeito e a das instituições que o formam são uma só operação em duas escalas. É essa continuidade que tornará possível a apropriação crítica de Marcuse.

AUTOR	LOCUS DA SUBJETIVIDADE	ESTATUTO DA RAZÃO	DISTÂNCIA EM RELAÇÃO A FREUD
Descartes	Consciência; o <i>cogito</i> como certeza primeira	Fundamento do conhecimento e do ser	Máxima. Supõe transparência do pensamento a si mesmo
Kant	Estruturas transcendentais que organizam a experiência	Legisladora da experiência possível	Alta. Admite o não dado à introspecção, mas formal e sem conflito
Schopenhauer	Vontade; força cega anterior à representação	Instrumento da vontade, não seu guia	Média. Antecipa a primazia pulsional; carece de método de acesso
Nietzsche	Efeito instável do conflito de impulsos e da cultura	Construção derivada, suspeita de origem	Média. Dissolve a unidade do eu; investigação genealógica, não clínica
Freud	Divisão entre sistemas; eu, id e supereu em conflito	Função parcial do eu, ela própria em parte inconsciente	—

Tabela 1 — Posições sobre a subjetividade na linhagem examinada. A coluna final registra a distância conceitual em relação à formulação freudiana, e não ordem cronológica ou grau de influência.

5 Recepção crítica

5.1 As objeções: Foucault e Derrida

A crítica de Foucault (1999) não incide sobre a verdade das proposições freudianas, mas sobre o que a psicanálise faz enquanto saber, e ocupa em *As palavras e as coisas* posição deliberadamente ambígua. De um lado é contradição: está onde a razão moderna, voltada sobre o próprio homem, encontra o que não consegue reduzir — o inconsciente, o não dito. De outro, esse saber não é neutro: ao estabelecer o que conta como normal e como patológico, integra-se a um dispositivo em que conhecer o homem e governá-lo são operações solidárias, movimento que ocorre "no interior de uma prática em que não apenas o conhecimento que se tem do homem que está empenhado, mas o próprio homem" (FOUCAULT, 1999, p. 521). A libertação prometida pode, assim, funcionar como nova modalidade de controle.

Derrida (1978) ataca em outro registro: seu alvo é a oposição consciente/inconsciente enquanto par binário, que reproduziria a estrutura metafísica que a psicanálise pre-

tendia desfazer. Ao delimitar dois sistemas e distribuir conteúdos entre eles, Freud reintroduziria, deslocado, o gesto cartesiano de estabilizar as fronteiras do sujeito. A subjetividade, na leitura derridiana, é diferimento e rastro, irreduzível a topografia.

Nenhuma das duas objeções é dirimente. A de Foucault incide sobre os usos institucionais do saber psicanalítico sem atingir a consistência interna da hipótese do inconsciente. A de Derrida é mais interna, mas supõe que a tópica freudiana pretenda fixar fronteiras estáveis: leitura difícil de sustentar diante de um corpus que reformulou seu modelo tópico ao menos duas vezes e define o recalque como processo contínuo, jamais concluído.

5.2 As apropriações: Marcuse e Ricoeur

Marcuse (1981) lê o diagnóstico de *O mal-estar* em chave política. Aceita que a civilização exige renúncia pulsional, mas introduz uma distinção que Freud não formulara: entre a repressão necessária à vida em comum e aquela excedente, imposta por uma organização histórica do trabalho e da dominação. A distinção converte um dado antro-

pológico em variável histórica e transforma a teoria freudiana da cultura em instrumento de crítica social.

Ricoeur (1977) opera em registro epistemológico. Ao situar a psicanálise entre as hermenêuticas da suspeita, reconhece-lhe estatuto próprio: não o de ciência da natureza, nem o de interpretação arbitrária, mas o de disciplina interpretativa regrada, que trata o sentido manifesto como efeito de um sentido recalcado e dispõe de critérios para reconstruí-lo. O ganho é liberar a psicanálise de uma exigência de validação que lhe é estranha sem dispensá-la de regras. A objeção de que a interpretação se autoconfirma permanece; o que Ricoeur estabelece é que ela deve ser respondida no plano hermenêutico, e não no experimental.

5.3 Desdobramentos pós-freudianos

A psicanálise posterior não se organizou como ampliação cumulativa. Klein deslocou o eixo para as relações de objeto precoces; Lacan (1998) operou movimento inverso, subordinando o inconsciente à ordem simbólica — o sujeito constitui-se na linguagem e é, por isso, estruturalmente alienado, sempre outro em relação a si. A formulação do *Seminário 3* é explícita: o inconsciente é "estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem", e nele o significante desempenha "o papel fundamental" (LACAN, 2002, p. 139). A divisão do sujeito deixa de ser acidente de sua história pulsional e passa a ser efeito de sua inscrição na linguagem. A leitura cultural contemporânea prolongou o movimento: Žižek (2010) mobiliza o aparato lacaniano para analisar formações ideológicas, tratando o desejo como instância socialmente organizada antes de ser vivida, e Kehl (2017) insiste que o alcance atual da psicanálise depende menos de sua ortodoxia do que de sua capacidade de ler os modos contemporâneos de sofrimento.

6 Considerações finais

O percurso permite enunciar três conclusões de alcance distinto.

A primeira é que o descentramento freudiano não nega a consciência: recusa-lhe o monopólio da definição do sujeito. Freud não substitui o eu pelo id; mostra que o eu é uma instância entre outras, parcialmente opaca a si mesma, cuja função é negociar exigências contraditórias. A subjetividade deixa de ser substância e passa a designar um arranjo instável de forças — formulação que Nietzsche

che antecipara e que a psicanálise, diferentemente dele, tornou objeto de trabalho.

A segunda é que a originalidade freudiana deve ser localizada com exatidão, sob pena de se tornar indefensável. Afirmar que há processos psíquicos não conscientes não é invenção de Freud. O que ele acrescenta é a atribuição de uma legalidade a esses processos e a construção de um método para lê-la. É aí, e não na denúncia da ilusão de transparência, que reside a ruptura.

A terceira é que as objeções filosóficas à psicanálise e seu valor conceitual operam em planos que convém não confundir. A advertência de Foucault sobre a função normalizadora do saber psicanalítico permanece válida como vigilância crítica, mas não decide a consistência da teoria do aparelho psíquico; inversamente, a solidez conceitual do modelo freudiano não imuniza a prática que dele deriva contra os usos disciplinares que Foucault descreveu. Sustentar as duas proposições não é inconsistência: é a condição de uma leitura que não seja nem apologética nem liquidatória.

Resta, como agenda, examinar as transformações contemporâneas da subjetividade à luz do quadro aqui reconstituído. O valor do modelo freudiano não dependerá, nesse exame, de sua conformidade às evidências de outros campos, mas de sua capacidade de descrever configurações de conflito que esses campos registram sem articular. É pretensão mais modesta do que a de fundar uma ciência do sujeito, e provavelmente mais defensável.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DESCARTES, R. *Descartes*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos* (1900). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 4-5. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. O inconsciente (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-222.

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 143-153.

FREUD, S. *O eu e o id* (1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 65-148.

FREUD, S. Esboço de psicanálise (1940). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 153-221.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

KEHL, M. R. et al. *Por que Freud hoje?* São Paulo: Zagodoni, 2017.

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. *O seminário, livro 3: as psicoses (1955-1956)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RICOEUR, P. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WARBURTON, N. *Uma breve história da filosofia*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

ŽIŽEK, S. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COMO CITAR

SANTOS, F. M. Freud e o problema da subjetividade: do cogito cartesiano ao sujeito dividido. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 1, n. 1, p. 19-25, 2023.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.